



COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL

ACTA NÚMERO 17/XI/1.ª SL

Aos seis dias do mês de Abril de dois mil e dez, pelas quinze horas, reuniu a Comissão de Defesa Nacional (CDN), na sala cinco do Palácio de São Bento, com a seguinte ordem do dia:

AUDIÊNCIAS

15h00 - Sindicato dos Trabalhadores Civis das Forças Armadas, Estabelecimentos Fabris e Empresas de Defesa, (STEFFAS);

15h30 - Associação Nacional de Sargentos (ANS);

16h00 - Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos (SITAVA).

Estavam presentes os Senhores Deputados constantes da respectiva folha de presenças, em anexo.

O Senhor Presidente, Deputado José Luís Arnaut, declarou aberta a reunião e, antes de dar início às audiências agendadas, deu nota à Comissão de ter falado com o Presidente da Comissão Permanente de Contrapartidas (CPC), que o informou que o relatório de actividades da CPC, que por lei deve ser enviado à Assembleia até ao final do primeiro trimestre do ano, já tinha sido entregue às respectivas tutelas, para homologação. Disse ter igualmente contactado o Senhor Ministro da Defesa Nacional sobre a mesma matéria, o qual confirmou que o relatório chegaria nos próximos dias.

Referiu ainda ter tido um contacto com o Presidente da Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Energia (CAEIE) no sentido da eventual realização de uma audição conjunta do Presidente da CPC no dia 21 de Abril, questão que colocou à consideração dos grupos parlamentares.

Disse ainda ter conhecimento da existência de um requerimento do BE para audição daquela entidade.

Finalmente, propôs que, após esta audição, se realizassem outras com entidades na área da defesa.

Acta aprovada na reunião de 25/05/2010.

O Senhor Deputado Fernando Rosas (BE) lembrou que o seu grupo parlamentar apresentou um requerimento para a constituição de uma comissão de inquérito às contrapartidas, que está a ser apreciado em Conferência de Líderes, o que considerou não afectar o trabalho da Comissão de Defesa. Disse ser importante ouvir desde já o Presidente da CPC nesta Comissão, mas apenas depois de os Deputados terem tido tempo de ler o relatório e afirmou não ver inconveniente na realização de uma audição conjunta, até porque não é muito fácil distinguir os aspectos económicos dos políticos. Lembrou ainda que os relatórios da CPC não costumam ser classificados.

O Senhor Deputado João Soares (PS) considerou que a audição do Senhor Presidente da Comissão Permanente de Contrapartidas se deveria realizar apenas na Comissão de Defesa, sem prejuízo de a Comissão de Assuntos Económicos o poder depois ouvir também, tendo em conta a forma habitual de trabalho da Comissão de Defesa e a relevância da matéria na área das suas competências. Por outro lado, considerou que este assunto deve primeiramente ser acompanhado na Comissão de Defesa e não numa comissão de inquérito, sob pena de menorização do trabalho aqui desenvolvido. Concordou com o Senhor Deputado Fernando Rosas quanto à distribuição do relatório com alguma antecedência face à audição.

O Senhor Deputado Marques Júnior (PS) lembrou que na última audição com o Presidente da CPC tinha sido abordada matéria reservada, não vendo como se poderia conciliar este aspecto com a realização de uma audição conjunta com a CAEIE, que funciona sempre à porta aberta.

O Senhor Deputado João Rebelo (CDS-PP) recordou que a Comissão de Defesa e a CAEIE têm no passado acompanhado a questão das contrapartidas de formas diferentes, considerando mais interessante que a audição do Presidente da CPC pelas duas Comissões decorra de forma separada.

O Senhor Deputado António Filipe (PCP) disse que, embora, por uma questão de economia, faça mais sentido fazer a audição de forma conjunta, não via inconveniente em nenhuma das soluções, sendo que, em qualquer dos casos, a questão deve ser tratada com a maior transparência.

O Senhor Deputado Luís Campos Ferreira (PSD) afirmou não ver necessidade na realização de duas reuniões separadas para tratamento do mesmo assunto, mas não se opôs às audições em separado.

O Senhor Deputado José Lello (PS) considerou que a reunião conjunta poderá levar a um maior desenvolvimento das questões económicas em detrimento das que concernem mais directamente à defesa. Para além disso, uma reunião

conjunta terá a participação dos membros das duas Comissões, o que poderá prejudicar o tempo de intervenção dos Deputados.

O Senhor Deputado Defensor Moura (PS) lembrou a experiência da Comissão de Ética, Sociedade e Cultura e conseqüente criação de uma comissão de inquérito, que esperou não se repetir com a Comissão de Defesa.

O Senhor Presidente concluiu que se faria, então, a audição do Senhor Presidente da CPC apenas em sede de Comissão de Defesa, a agendar na próxima reunião, dia 13 de Abril, caso o relatório chegasse até ao final da semana; em caso contrário, ficaria a audição para o dia 20 de Abril.

Por outro lado, solicitou aos coordenadores dos grupos parlamentares que fizessem chegar aos serviços de apoio à Comissão uma lista das entidades que entendam dever ser ouvidas nesta matéria.

De seguida, realizaram-se as audiências constantes da ordem de trabalhos, as quais foram integralmente gravadas, ficando disponíveis em suporte áudio.

O Senhor Presidente começou por dar as boas-vindas aos representantes do Sindicato dos Trabalhadores Civis das Forças Armadas, Estabelecimentos Fabris e Empresas de Defesa (STEFFAS), a quem deu a palavra para exporem o assunto que os levou a solicitar a audiência.

Estiveram presentes, da parte do STEFFAS, os Senhores Maria Celeste Antunes Soeiro, Alexandre Miguel Antunes Plácido e José Manuel Gonçalves Silva Grilo. O Senhor Alexandre Plácido usou da palavra, agradecendo à Comissão por serem recebidos e dando conta dos motivos que estiveram na base do pedido de audiência: a situação laboral e social vivida na OGMA decorrente do processo de reestruturação da empresa.

Usaram da palavra os Senhores Deputados João Rebelo (CDS-PP), Marques Júnior (PS), António Filipe (PCP), Fernando Rosas (BE), José Lello (PS), Luís Campos Ferreira (PSD) e o Senhor Presidente.

Seguidamente realizou-se a audiência da Associação Nacional de Sargentos (ANS), a cujos representantes o Senhor Presidente deu as boas-vindas. Estiveram presentes os Senhores Sargentos António Lima Coelho, Mário Ramos, Luís Bugalhão e Fernando Castro.

O Senhor Sargento-Chefe Lima Coelho deu conta dos motivos que justificaram o pedido de audiência: desde logo, os cumprimentos à Comissão; a questão da lei da amnistia no que se refere ao direito de associação sócio-profissional
Acta aprovada na reunião de 25/05/2010.

(entregaram um documento sobre esta matéria, na qual estão a preparar um abaixo-assinado); a questão do Regulamento de Disciplina Militar, por considerarem conter normas inconstitucionais; o novo sistema retributivo das Forças Armadas, que criou situações de injustiça, particularmente no tocante aos sargentos; a questão da formação dos sargentos, no âmbito da reforma do sistema de ensino militar.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Marques Júnior (PS), José Lello (PS), António Filipe (PCP), Correia de Jesus (PSD), João Rebelo (CDS-PP) e o Senhor Presidente.

Finalmente, teve início a audiência do Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos (SITAVA). Representaram o sindicato os Senhores Jorge Lopes, Pedro Rema e Raúl Oliveira, a quem o Senhor Presidente deu as boas-vindas e deu de imediato a palavra para exporem o assunto que motivou o pedido de audiência.

O Senhor Jorge Lopes referiu a preocupação que sentem pela situação na OGMA, em particular por notícias que dão conta de que a manutenção dos motores dos helicópteros do Exército e da Força Aérea poderá não ser feita naquela empresa.

Usaram da palavra os Senhores Deputados José Lello (PS), João Rebelo (CDS-PP), Correia de Jesus (PSD), António Filipe (PCP) e o Senhor Presidente.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às dezoito horas e trinta minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

O Presidente

(José Luís Arnaut)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
Correia de Jesus
Eduardo Cabrita
Fernando Rosas
João Rebelo
João Soares
Joaquim Ponte
José Lello
José Luís Arnaut
José Miguel Medeiros
Luís Campos Ferreira
Luís Montenegro
Mário Mourão
Marques Júnior
Miguel Coelho
Pacheco Pereira
Raúl de Almeida
Abel Baptista
Altino Bessa
Defensor Moura
Maria de Lurdes Ruivo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Branquinho
Jorge Costa
Miranda Calha